

Pacto e estabilidade

Foi necessário que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, apresentasse o seu primeiro substitutivo ao projeto da nova Constituição, para que o Governo e o presidente Sarney se apercebessem de que não dispõem de um esquema eficiente de articulação política no Congresso e na Constituinte. O substitutivo Bernardo Cabral, se representou um avanço em relação ao projeto anterior, forjado nas comissões, constituiu, por outro lado, um desafio aos interesses e conveniências do Palácio do Planalto. Num exame apenas superficial do texto, sujeito agora a novas emendas, é possível identificar propostas que, se acatadas pelo plenário da Constituinte, levariam o Governo a trabalhar sobre uma realidade nova e diversa.

O tom de descontentamento palaciano seria dado pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, durante reunião ministerial destinada a discutir medidas de contenção do déficit público. Não entendia o ministro do Exército que o Governo estivesse empenhado em cortar os gastos públicos, enquanto do outro lado da Praça dos Três Poderes, na Constituinte, um projeto de anistia a militares cassados poderia provocar um rombo de 50 bilhões de cruzados ao Tesouro. Curiosamente, partia de um

ministro militar o protesto que revelaria toda a fragilidade política do Governo.

Motivos ainda mais sérios teria o presidente Sarney para se mostrar igualmente insatisfeito com os termos do projeto. Afinal, o relator Bernardo Cabral decidiria acolher, quase na íntegra, a proposta parlamentarista do senador Afonso Arinos, através da qual o presidente da República passaria a ser o responsável pela chefia do Estado, atribuindo a um primeiro-ministro (aprovado pela Câmara) as funções de chefe do Governo. Quase sem perceber — até porque não foi consultado previamente sobre o assunto —, o presidente Sarney se viu privado, pelo relator, de parte de seus múltiplos poderes.

Resta ao Governo, agora, uma última e desesperada tentativa de recuperação, a cargo de suas principais lideranças políticas no Congresso, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel. Os dois chegaram a se reunir na semana passada e voltam a se encontrar esta semana, agora com o relator Bernardo Cabral, para procurar alternativas de consenso em torno de alguns dos pontos mais polêmicos do projeto. A idéia, segundo o senador Marco Maciel, é tentar uma articulação política de emergência que permita ao

Governo atuar com segurança em duas frentes: na primeira, busca-se a negociação com o relator e com as demais forças políticas daquelas propostas que interessam ao Governo; na segunda, tenta-se aprovar na Comissão de Sistematização, ou no plenário da Constituinte, as emendas de interesse do Governo em torno das quais não, tenha sido possível um entendimento.

Na verdade, trata-se de uma tentativa heróica de se reaglutinar as forças políticas que integram a velha e combalida Aliança Democrática. Entendem os principais líderes do PMDB e da Frente Liberal que este pacto político que permitiu a transição de um regime autoritário para um regime de liberdades democráticas ainda não esgotou inteiramente o seu papel. Antes, será preciso concluir essa transição política, dotando o País de uma Constituição que represente um avanço institucional e que afaste, ao mesmo tempo, qualquer possibilidade de crise. Ela terá de traduzir uma posição intermediária entre as propostas revolucionárias e o conservadorismo, resultando preferencialmente de um novo pacto que permita a sua aprovação, na Constituinte, por uma larga margem de votos. Só assim poderíamos chegar, finalmente, a uma democracia estável — e não apenas a uma democracia.